



O plenário vota, também, projeto que condiciona a admissão de adolescentes nas empresas à matrícula e frequência à escola

Senadores votam nesta semana projeto que coíbe trabalho infantil

Empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de produtos para os governos federal, estadual e municipal terão de comprovar que não utilizam mão-de-obra de crianças

A existência de 3,5 milhões de crianças, menores de 14 anos, em atividades insalubres, com jornadas superiores a 44 horas de trabalho, levou o Senado a incluir na pauta de quarta-feira projeto de lei que coíbe o trabalho infantil. Originária da Câmara, a pro-

posta tem parecer favorável da Comissão de Justiça. Outra matéria na Ordem do Dia de quarta-feira prevê alteração na CLT, ao disciplinar o trabalho do adolescente. Uma das exigências é a proibição de atividade com alto risco à saúde.

PÁGINA 3

CPI investiga denúncias de juiz e chama depoentes

A CPI do Judiciário reúne-se amanhã, às 17h, para definir quem deve depor sobre as denúncias do juiz Leopoldino Marques.

PÁGINA 3

“Barriga de aluguel” pode ser proibida

A proibição da prática de “barriga de aluguel” é uma das medidas que o senador Roberto Requião quer incluir no projeto de Lúcio Alcântara que trata da reprodução assistida. A proposta foi tema de audiência na Comissão de Justiça.

PÁGINA 4



Lúcio Alcântara, autor do projeto, ao lado de Bello Parga e Requião, participa da audiência na Comissão de Justiça

CAS VOLTA A EXAMINAR BENEFÍCIO PARA TRABALHADORAS AUTÔNOMAS

PÁGINA 3

Senado examina projeto que dificulta trabalho infantil

Proposta proveniente da Câmara obriga fornecedores e prestadores de serviços ao governo a comprovar, por meio de documentação do Ministério do Trabalho, que não utilizam mão-de-obra de crianças

O plenário do Senado vota na quarta-feira projeto de lei originário da Câmara que exige das empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de equipamentos e mão-de-obra aos governos federal, estadual e municipal a comprovação de que não utilizam mão-de-obra infantil. Elas terão que demonstrar isso mediante documentação expedida pelo Ministério do Trabalho.

Nascida de sugestão da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, a iniciativa baseou-se no fato de que, apesar da proibição constitucional, cerca de 3,5 milhões de crianças brasileiras, menores de 14 anos, trabalham em atividades absolutamente insalubres e cumprindo jornadas superiores a 44 horas de trabalho. O

parecer da senadora Maria do Carmo (PFL-SE) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi favorável à matéria.

Também na quarta-feira, será votado projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para disciplinar o trabalho do adolescente dentro dos seguintes princípios básicos: idade mínima de ingresso no trabalho; proibição de trabalho em atividade com alto grau de risco à saúde; incentivo ao ensino regular; proteção jurídica; jornada máxima de quatro horas de trabalho; e admissão condicionada à matrícula e frequência à escola.

Ainda na quarta-feira, será votado projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que faculta à socie-



José Eduardo Dutra apresentou projeto que faculta acesso a sistemas públicos de informação

dade acesso aos sistemas de informações mantidos pela administração direta, indireta e fundacional,

nas esferas federal, estadual e municipal. A requerimento dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), Sérgio Machado (PSDB-CE) e Hugo Napoleão (PFL-PI), o Senado adiou essa votação, a fim de que a Comissão de Assuntos Econômicos se manifeste sobre o assunto. No ocasião, Hugo Napoleão argumentou que os governos estaduais e municipais precisarão de tempo para adequar-se tecnologicamente, a fim de tornar esses dados disponíveis.

Em razão de requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) e outros, o Senado dedica a Hora do Expediente da sessão plenária de amanhã

a comemorar o Dia Nacional do Idoso, tendo já vários oradores inscritos. No mesmo dia, votará projeto de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho que transfere a sede da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento do município de Maruim para a cidade de Aracaju.

Em todas as sessões deliberativas da semana, o plenário discutirá a proposta de emenda constitucional que dá às comissões parlamentares de inquérito o poder de quebra direta do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos investigados, assim como o de buscar e apreender documentos. A proposta foi apresentada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) e emendada na CCJ por Amir Lando (PMDB-RO).

CPI do Judiciário define quem ouvirá sobre denúncias de juiz

A CPI do Judiciário se reunirá amanhã, às 17h, para definir os nomes das primeiras pessoas que serão convocadas a depor sobre as denúncias feitas pelo juiz assassinado Leopoldino Marques do Amaral, de irregularidades cometidas por membros do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. O presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), preferiu não antecipar os nomes dos prováveis convocados.

Tebet garantiu que a CPI irá a fundo nas investigações. Ele liderou a comitiva de senadores que, no início da semana, esteve em Cuiabá colhendo depoimentos e informações sobre as denúncias feitas pelo juiz assassinado Leopoldino Marques do Amaral contra desembargadores do TJMT. O presidente da CPI considerou os fatos "gravíssimos" e disse que a comissão, dentro de suas atribuições e se necessário, poderá propor a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico, para dar uma resposta à população mato-grossense.

Ramez Tebet afirmou que, apesar de o juiz Leopoldino do Amaral ter denunciado irregularidades cometidas por membros do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, não se pode concluir que o assassino ou o autor da ordem para matar o magistrado seja um integrante do tribunal. O senador lembrou que a elucidação do crime é da competência da Polícia Federal.

CE aprecia renovação de concessões

A Comissão de Educação deverá se reunir amanhã para votar a renovação de concessão e de permissão de funcionamento de oito emissoras, entre rádios e televisões. Também será apreciado o parecer do senador José Jorge (PFL-PE) favorável ao projeto da Câmara que dá o nome de Ivan Alcides Dias a uma ponte no município de Camaquã (RS).

As emissoras que pleiteiam a renova-



Ramez Tebet admitiu possibilidade de quebra de sigilo bancário e fiscal de envolvidos

Ainda sobre a viagem a Cuiabá, Tebet informou que recebeu do ex-presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Ernani Vieira de Souza, alguns documentos. Segundo noticiou a imprensa, seriam procurações autorizando quebra do sigilo bancário do magistrado em bancos brasileiros e instalados no exterior.

— Também recebemos documentos das entidades representativas da sociedade. Além do mais, todos os desembargadores disseram que estavam prontos para colaborar com os trabalhos da CPI, o que não podia ser diferente, já que o próprio tribunal pediu a prorrogação dos trabalhos para que pudéssemos apurar as denúncias feitas pelo juiz Leopoldino do Amaral — acrescentou o senador.

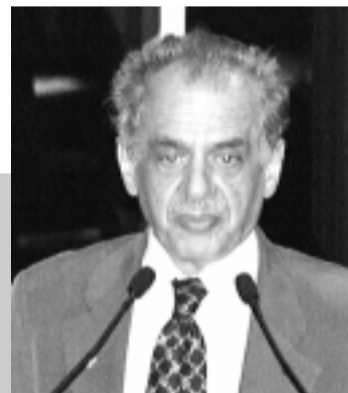
ção da permissão de funcionamento são as rádios Difusora de Patrocínio (MG), FM de Feira de Santana (BA) e Floresta de Tucuruí (PA). A comissão apreciará a renovação da concessão das rádios Sete Colinas de Uberaba (MG), Educadora de Canoas (RS), Clube de Campo Belo (MG), da Televisão Morena de Campo Grande (MS) e da empresa A Gazeta do Espírito Santo — Rádio e TV de Serra (ES).

Restituição de IR em 60 dias vai a plenário

O plenário do Senado terá de votar o projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que obriga a Secretaria da Receita Federal a fazer a restituição do Imposto de Renda retido na fonte em até 60 dias depois que as pessoas entregarem suas declarações anuais.

Aprovado de forma terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto poderia ter sido enviado direto à Câmara, mas o senador Edison Lobão (PFL-MA) encabeçou recurso para que o plenário vote a proposição.

O imposto a ser restituído, conforme o projeto, terá de ser acrescido de juros de mora de 1% ao mês. Ao relatar o projeto na CAE, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que a proposta procura neutralizar uma das vantagens dos contribuintes em relação ao fisco. Para ele, a administração pública faz de tudo para receber crédi-



Pedro Simon apresentou o projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos

tos tributários, mas é negligente quando se trata da devolução de valores retidos a mais.

O plenário do Senado também terá de votar o projeto que estabelece novas regras para acesso dos partidos

políticos ao rádio, à televisão e ao Fundo Partidário. A proposta havia sido aprovada de forma terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o que permitiria seu envio direto à Câmara, mas vários senadores, principalmente do Bloco Oposição, apresentaram recurso para que a matéria seja apreciada pelo plenário.

O projeto autoriza os partidos sem caráter nacional a se reunirem em federações para ter acesso ao Fundo Partidário e à propaganda gratuita. De acordo com a proposta, 10% do tempo total da propaganda eleitoral gratuita serão distribuídos, igualmente, entre todos os partidos que tiverem candidatos às eleições. Os outros 90% de tempo de propaganda se destinarão aos partidos com representação na Câmara dos Deputados, proporcionalmente ao tamanho de suas bancadas.

Aberta mostra "Primavera 99" na Senado Galeria

Está aberta ao público até o dia 1º de outubro, no Espaço Senado Galeria, a mostra "Primavera 1999", da artista plástica Izabel Persijn. A exposição contém óleos sobre tela e selos, inclusive o comemorativo dos 500 anos do Descobrimento da América, que foram criados para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Natural da cidade de Formosa (GO), Izabel Persijn vem desde 1972 trabalhando com arte. Ela já desenhou mais de 40 selos, alguns deles premiados em concursos nacionais e internacionais.

A mostra pode ser vista de segunda a sexta, das 9h às 18h30, e aos sábados e domingos, das 10h às 14h. A Senado Galeria fica no corredor que liga o edifício principal do Senado ao Anexo I.

Salário-maternidade para autônomas em pauta na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne às 9h de quarta-feira com uma pauta de oito itens, que inclui a apreciação em turno suplementar do substitutivo da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) a projeto de Marina Silva (PT-AC) que estende o salário-maternidade à trabalhadora autônoma, permitindo que ela o requeira 90 dias após o parto.

De acordo com esse substitutivo, o valor do benefício a ser pago às trabalhadoras autônomas deverá corresponder à média dos últimos 12 meses de salário-contribuição, que é a base para o pagamento mensal que os empregados fazem à Previdência. O projeto exige também uma carência de 12 meses para que a trabalhadora autônoma possa receber o benefício.

Na mesma reunião, a CAS delibera sobre iniciativa do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), emendada pelo senador Djalma Bessa (PFL-BA), que cria o Conselho Federal e os conselhos regionais de leiloeiros oficiais, regulamentando a profissão. Também aguarda votação projeto que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar, livro didático e distribuição de leite.

Na forma de substitutivo do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), o projeto estabelece que os estados, Distrito Federal e municípios não dependerão de comprovação de adimplência perante o governo federal para receber recursos relativos à manutenção destes programas.

Reprodução assistida é tema de debate

Relator de projeto que regulamenta o assunto, senador Roberto Requião recolhe sugestões da população, através da TV Senado, e apresenta substitutivo a projeto de Lúcio Alcântara

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizou sexta-feira audiência pública com cientistas e juristas para debater questões relacionadas à reprodução assistida de seres humanos, a partir do projeto de lei apresentado por Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O debate foi transmitido ao vivo pela TV Senado, permitindo aos telespectadores opinarem sobre o tema, por meio de ligações telefônicas para o gabinete do relator, Roberto Requião (PMDB-PR), que anunciou sua posição contrária à prática de "barriga de aluguel".

Requião apresentou uma minuta de anteprojeto de lei e informou que o seu relatório final será resultante das sugestões, idéias e observações recolhidas no debate. O senador Lúcio Alcântara disse que o propósito do seu projeto era justamente o de abrir a discussão em torno de uma questão que, apesar da importância, ainda não tinha merecido uma lei que regulamentasse a prática nos seus vários aspectos.

A minuta apresentada por Requião traz diversas mudanças em relação ao projeto original e estabelece, inclusive,

Especialistas divergem sobre aspectos éticos e legais

A discussão dos aspectos éticos e práticos da reprodução assistida em seres humanos dominou a audiência pública realizada pela CCJ. Os debatedores apresentaram pontos de vista divergentes com relação às técnicas envolvidas na manipulação de embriões, e em relação aos aspectos legais, éticos e humanos da reprodução assistida.

O urologista Sidney Glina, representante do Banco de Sêmen do Hospital Israelita Albert Einstein, defendeu a manutenção da criopreservação (congelamento) de sêmen e de embriões no projeto de lei de Alcântara e pediu a criação de uma regulamentação para o funcionamento de bancos de sêmen, o que ainda não existe. Ele manifestou preocupação com o que chamou de "perigo das leis", ou seja, o engessamento do conhecimento científico, uma vez que, no seu entendimento, costuma-se não levar em conta, no momento da criação das leis, a velocidade da evolução científica. Mas, para Glina, a adoção de menores abandonados deve ser vista como uma opção à reprodução assistida.

A professora de Direito Civil da PUC do Rio de Janeiro, Jussara Maria Leal de Meirelles, destacou a necessidade do respeito à dignidade humana do embrião, por entender que ali já existe um ser humano em formação. Para a advogada, é preciso manter limites estritos em relação ao número máximo de embriões a serem fertilizados e utilizados nas operações de reprodução assistida.

penalidades para quem venha a infringir a lei. Elas podem variar desde a aplicação de multas até a condenação a 20 anos de prisão. Requião incluiu na minuta a proibição da prática de "barriga de aluguel", previu o estabelecimento de princípios éticos na lei e esclareceu que as responsabilidades não excluem outras, de caráter complementar, a serem estabelecidas em regulamento.

Também estão previstos mecanismos de fiscalização para os médicos autorizados a realizar as operações e a exigência de prévia autorização do poder público. Estão ainda em aberto, aguardando as opiniões dos especialistas, parâmetros como as idades mínima e máxima de uma candidata e a existência de infertilidade irreversível. Uma condição para utilização da reprodução assistida é que todos os demais tratamentos possíveis para a infertilidade tenham se mostrado ineficazes.

Para ela, na questão da "barriga de aluguel" (quando uma mulher cede o útero para a gestação de um embrião de outra mulher), não se deve "focar esse tipo de reprodução apenas no útero da mulher, uma vez que todo o corpo da gestante está envolvido na gravidez". Ela ainda defendeu a inclusão do Ministério Público entre os organismos responsáveis pela fiscalização das operações.

Uma das questões que geraram maior interesse foi a da idade limite para o recebimento de embriões. O urologista Roger Abdelmassih, da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana, entende que não se deve fixar uma idade máxima para a reprodução assistida, uma vez que isto restringiria o direito à gravidez de mulheres em perfeitas condições clínicas para ter filhos, ainda que em idade mais avançada. Ao final, a maioria dos debatedores concordou na fixação de uma idade a partir da qual o recebimento dos embriões dependeria de autorização médica.

O promotor de Justiça Diaulas Ribeiro disse temer que as regras sobre armazenamento de embriões e manutenção de arquivos inviabilize a reprodução assistida em hospitais públicos. "Vai se acentuar a distância entre ricos e pobres", disse Ribeiro.

Requião leu mensagens de vários telespectadores da TV Senado com opiniões sobre o debate. Mas reclamou que representantes da Igreja Católica e de entidades voltadas para a bioética não tenham comparecido.



A senadora Maria do Carmo e técnicos participaram do debate na CCJ

Requião reúne informações para propor CPI do grupo Abril

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) franqueou os telefones de seu gabinete no Senado e sua página na Internet a quem tiver conhecimento de fatos contra o grupo Abril. Ele disse que juntará essas informações para, mais cedo ou mais tarde, propor ao Senado a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito "que termine pondo na cadeia os gângsteres da Editora Abril".

Em pronunciamento feito sexta-feira, Requião citou coluna do jornalista Sebastião Nery, na *Tribuna da Imprensa*, denunciando o grupo Abril por ter vendido hotéis construídos em parques urbanos em São Luís e Salvador, em terrenos doados pelos então governadores José Sarney e Antonio Carlos Magalhães, sob a promessa de preservar os parques.

"Vendidos os hotéis ao Grupo Sofitel, a Abril está loteando os parques para construção de casas. O Ministério Público está preparando denúncia", escreveu Nery, segundo o senador. Para Requião, a Editora Abril é uma "quadrilha editorial" que está explorando patrimônio público.

— Também não podemos aceitar que

essa representante da imprensa marrom fique espalhando notícias falsas e canhas. Denunciei, neste plenário, reportagem da *Veja* com acusações à minha mulher de remessa irregular de dólares para o exterior. Isto não ocorreu e tenho documentos para provar a legalidade dessa operação financeira.



Requião condenou os métodos usados pela Editora Abril

Ele lembrou episódio envolvendo o Bamerindus, que já relatara em plenário. "Quando era governador do Paraná, processei o grupo por negócios irregulares com o Banco do Estado do Paraná, mas não quis tornar a denúncia pública, deixando a questão nas mãos da Justiça. Roberto Civita venceu-me da necessidade de denunciar as irregularidades do grupo Bamerindus na *Veja*"; contou.

Segundo Requião, depois de obter as informações, a Editora Abril não publicou uma linha sequer sobre o assunto.

— Mas usou as informações para chantagear o Bamerindus, que, durante meses, veiculou páginas e páginas de anúncios na *Veja*. Assim age o grupo Abril, e só uma CPI pode esclarecer a real natureza de seus negócios — concluiu.

Luzia Toledo pede políticas de apoio à população idosa

Lembrando a passagem do Dia Nacional do Idoso, que se comemora hoje, a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) fez um apelo às autoridades para que o Estado possibilite amparo aos cidadãos brasileiros da terceira idade. A senadora ressaltou que 1999 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o "Ano Internacional do Idoso".

Conforme a senadora, com o lema



Luzia lembrou a passagem do Dia Nacional do Idoso

"Sigamos ativos para envelhecer bem", a ONU quer incentivar os governos a adotarem medidas concretas em favor da população de idade mais avançada e promover os 18 princípios estabelecidos pelas Nações Unidas para que as pessoas idosas possam viver mais plenamente. Luzia acentuou que, desde 1991, a ONU vem alertando os países para a necessidade de enfrentar o problema.

CAE discute incentivo do BNDES para a agroindústria

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida por Ney Suassuna (PMDB-PB), examina amanhã, a partir das 17h, sete projetos de lei, entre eles um que obriga o BNDES a aplicar no mínimo 22% de seu orçamento em projetos agroindustriais. O autor da proposta, Álvaro Dias (PSDB-PR), diz que investir na agroindústria é o melhor meio de combater o desemprego e o êxodo rural.

Álvaro pondera que as aplicações do BNDES no setor vêm caindo desde 96 e se encontravam no ano passado em 13%, depois de terem chegado a 29%. A proposta, que exclui dos 22% todas as inversões do BNDES em projetos de cigarros e bebidas, conta com parecer favorável do relator, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Será analisado ainda projeto da Câmara que obriga as fábricas de televisão a colocarem dispositivos eletrônicos que permitam aos pais bloquear temporariamente programas de televisão que considerem inadequados para seus filhos. Os aparelhos terão de funcionar tanto na recepção de emissoras de TV comuns quanto daquelas transmitidas a cabo. O relator, Antero de Barros (PSDB-MT), concorda integralmente com o projeto.

A CAE também fará amanhã uma audiência pública às 10h para ouvir os governadores do Centro-Oeste sobre ajuste fiscal e a formação de uma frente para defender políticas especiais de desenvolvimento da região.

CRE analisa restrições ao uso de armas químicas

A pessoa ou empresa que realizar no Brasil atividades vedadas pela Convenção Internacional sobre a Proibição de Produção e Uso de Armas Químicas poderá pegar até dez anos de cadeia e ainda ser multada em até R\$ 50 mil. É o que prevê projeto que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) votará amanhã, às 17h30.

O Brasil aderiu oficialmente em janeiro de 1993 à convenção, que prevê uma série de normas para a segurança mundial contra as armas químicas. As punições são extensivas a quem se omitir ante as autoridades do país se souber de atos ilegais com armas químicas.

Na mesma reunião, a comissão examinará um acordo firmado pelo governo brasileiro com a França sobre cooperação em segurança pública. Consta ainda da pauta acordo sobre transferência de presos celebrado com a Grã-Bretanha.